Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar ----------

Data: 20 de junho de 2022 ----------

Abertura da reunião: catorze horas e quarenta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo José António Fernandes Guedes desempenhado as funções de primeiro secretário e, Lisete Mendes Osório, segunda-secretária. ----------

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Manuel Paiva, por António Lareiro, de Américo Moreira, por Marília Pinto e do presidente de junta da freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, pela secretária, Catarina Almeida. ----------

A presente sessão iniciou-se com a ausência dos presidentes de junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues e de Santa Cruz, Bruno Silva. ----------

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e prestou algumas informações ao plenário, começando por referir que foi enviado aos membros da assembleia, via correio eletrónico, formulário de inscrição para participação no "Seminário - Prevenção da Corrupção". ----------

Fez saber que, no dia 4 de maio, esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Educação, na qualidade de presidente da assembleia, assim como o presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, em representação dos presidentes de junta de freguesia. Na reunião foi proposto um cronograma das reuniões e efetuada uma análise ao ano letivo de 2021/2022, nomeadamente, no que se refere à ação social escolar, número de alunos do pré-escolar e 1.º ciclo que beneficiaram de apoio nesse âmbito e outros auxílios económicos atribuídos; concessão de bolsas de estudo a alunos do ensino superior, concretamente, da proposta de revisão do respetivo regulamento;

foi efetuada uma contextualização relativa à situação dos transportes escolares; apresentou-se e falou-se da universidade júnior; da transferência de competências; do regimento do conselho municipal de educação; da revisão da carta educativa e da programação das comemorações do Dia Mundial da Criança. ----------

Comunicou que chegou à mesa informação, por parte do senhor presidente da câmara municipal, respeitante ao pedido de retirada, do ponto três, do período da ordem do dia: "Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Procedimento Concursal" – Composição do júri – Abono de despesas de representação". Passou a ler o documento (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) e, nessa perspetiva, tendo em conta o artigo 25.º do Regimento, a Mesa, aceitou a justificação apresentada e concorda com a retirada deste ponto. ----------

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. ----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: ----------

Marlene Fernandes, cumprimentou os presentes e felicitou todos os intervenientes na execução e organização da exposição presente neste salão nobre. Estão expostos trabalhos muito bonitos e originais, valorizando a reciclagem e reutilização de materiais. Questionou se as obras que têm vindo a decorrer no troço entre Fontelo e Aldeias têm a ver com a eventual aprovação do empréstimo para a requalificação da via e se vai ter continuidade. Ainda, relacionado com o trânsito em Fontelo questionou se estará para breve a colocação de semáforos, como irão funcionar e onde serão colocados, nomeadamente, no sentido Valdigem, Armamar. Isto porque lhe ocorreu uma situação que embora possa acontecer muito pontualmente pode causar alguns constrangimentos no trânsito, mesmo com a colocação dos semáforos e que tem a ver com a saída de veículos pesados da Avenida Ribeiro de Almeida, no sentido de Armamar. Supondo que o semáforo estará antes desse ponto, o mesmo não irá ser ativado nestas situações. Não sabe se a situação foi acautelada e, se foi ótimo, mas caso contrário, sugeriu a

colocação de sinalização na saída da avenida que impossibilite virar à direita, no sentido de Armamar e que obrigue a virar à esquerda, sendo que depois a marcha poderia ser invertida no largo da Comenda. Isto, considerando que o semáforo seja colocado entre o cemitério e a entrada da avenida, para poder ser acionado. Se a colocação for para ser antes da ponte, esta sugestão, obviamente, não será viável. Por fim, como estamos em vésperas de festas do concelho, desejou, a todos, um bom São João. ----------

Luís Silva cumprimentou os presentes e questionou o senhor presidente da câmara municipal sobre o estado da obtenção do visto do Tribunal de Contas, relativamente ao empréstimo que permitirá a requalificação das vias municipais, tendo em conta que na última sessão a informação dada foi de que estaria em fase de recurso. Relativamente às mesmas obras, que seriam financiadas por esse visto, perguntou qual o estado em que se encontram em termos de adjudicação. Quanto à intervenção iniciada, recentemente, em Fontelo, procurou saber qual é o enquadramento dessa obra, se é no âmbito da adjudicação que estava em curso, ou outra situação. No caso, em concreto, gostaria de saber quais foram os critérios para que essa intervenção tenha sido desencadeada e executada até ao ponto em que foi ou se vai ter alguma continuidade. ----------

Alice Nogueira cumprimentou os presentes e como ouviu o senhor presidente da Mesa falar na concessão de bolsas de estudo a alunos do ensino superior, apesar de não gostar de falar em causa própria, partilhou com a assembleia uma situação que se passou consigo, relacionada com este apoio. Contou que, no dia 14 de dezembro de 2021, fez uma exposição à câmara municipal, por entender que não estavam a ser corretos na atribuição da cotação ao seu filho Gonçalo Cardoso Nogueira, que havia apresentado requerimento à referida bolsa, tendo-lhe sido atribuídos 55% mas poderiam ter sido 60% se, na altura, lhe fossem aplicados os 10% relativamente às famílias numerosas. Disse ter questionado, via telefone, os serviços responsáveis e foi-lhe dito que entre a saída dos resultados do concurso, que continha determinados critérios, houve uma

reunião onde decidiram que só a partir de cinco filhos se considerava família numerosa e como tem quatro filhos não seria considerado. Não percebe o porquê de tal decisão. Em sua opinião estes serviços deveriam ser mais céleres pois isto passou-se a 14 de dezembro, após terem disponibilizado a listagem dos candidatos com direito a atribuição das bolsas, no dia 13. Não foi uma listagem final, mas também não houve provisória para se poder pronunciar e só o poderia fazer sobre algo de que tivesse conhecimento. Fez exposição à câmara municipal e passados quase dois meses recebeu a resposta, mas antes disso após ter contactado os serviços, foi-lhe dito que a exposição foi enviada para o consultor jurídico do município para obtenção de parecer. Não tem dúvidas de que, neste concurso, houve um erro da câmara na atribuição da cotação à candidatura do seu filho mas alegaram que se pronunciou fora de prazo, uma vez que a lista provisória tinha sido enviada, anteriormente, o que é falso. Disse que não estava à espera de nada porque nunca usufruiu de qualquer subsídio ou bolsa mas gostava que fossem humildes ao ponto de reconhecerem que houve um engano na cotação do Gonçalo Nogueira e que este tem direito aos 60%. Situações destas não devem voltar a acontecer. Disse que lhe é dada razão quanto à cotação mas uma vez que foi feita em altura não adequada, não lhe foi concedida, pelo que perguntou quando é que o erro da câmara é corrigido. -

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e referiu que a questão que vem apresentar reflete uma preocupação atual dos munícipes e, como muito se fala em praça pública, nada como em lugar oportuno questionar e ser esclarecido. Isto para se referir às obras que estão a decorrer nas piscinas descobertas. Nesse sentido, formulou algumas questões, começando por perguntar se as obras vão ser concluídas em tempo útil de forma a garantir a normal utilização nesta época balnear; se a intervenção que está a ser feita vai refletir o melhoramento do espaço e acredita que sim, mas questiona, se se trata de um consertar das lacunas já existentes ou se, pelo contrário, haverá um melhor aproveitamento do que existia no passado, rentabilizando um espaço que tanto

potencial tem. Perguntou, também, se o facto de as piscinas cobertas encerrarem durante o período em que as descobertas estão em funcionamento tem alguma justificação que esteja a escapar à análise do cidadão comum ou se é por questões de recursos humanos ou algum outro fator. Isto porque existem dezenas de utilizadores que vão ficar sem os serviços, por exemplo, de hidroterapia, hidroginástica e natação, por algumas semanas. Sempre foi esse o método, é certo, mas questiona se há algum motivo válido ou se em algum momento foi equacionada alguma alternativa. ----------

Paulo Tolda cumprimentou os presentes e começou por salientar o facto de a região do Douro ter sido escolhida para "Cidade Europeia do Vinho 2023". Nesse sentido, está de parabéns o município de Armamar, juntamente com os restantes da CIMDOURO, por esta distinção. Com este reconhecimento esperam-se novas oportunidades para a região e para o concelho de Armamar, em particular, pois poderá haver um conjunto diversificado de atividades e projetos que serão levados a cabo por toda a região do Douro. Também, há a expetativa de os municípios obterem financiamento por parte da CCDR e Turismo de Portugal para concretização de ações. Entende, por isso, que Armamar deve ter um papel ativo na definição da estratégia conjunta com os outros municípios de forma que os agentes locais possam retirar a sua quota parte das mais valias desta distinção, garantindo que as mesmas não fiquem cingidas, apenas, a alguns concelhos de maior dimensão e próximos do eixo Lamego, Régua, Vila Real. Salientou que, apesar desta distinção, os últimos executivos não têm apostado, devidamente, no setor vinícola quando comparado com aquilo que é feito noutros concelhos da região, sendo Armamar um concelho com uma área vinícola significativa, com marcas e quintas emblemáticas. Isto torna-se evidente, por exemplo, na realização de poucas iniciativas promocionais e eventos dedicados a este tema, em particular. Também, não é defensor daquilo que está a acontecer na região do Douro, em que proliferam eventos vínicos semelhantes, um pouco por todo os concelhos,

muitas vezes com as mesmas empresas organizadoras e que depois, sem qualquer estratégia concertada, o que se vê é uma cópia e um desperdício de recursos. Deve haver uma estratégia concertada e eventos de dimensão regional que possam ter alguma rotatividade e impacto internacional. Por outro lado, já, aqui defendeu, assim como alguns membros do PSD, que era fundamental tirar partido da Folgosa, nesta matéria, em particular, como porta de entrada do concelho, via Douro, colocando, por exemplo um posto de turismo avançado naquele local que servisse de ponto de divulgação de produtos locais e regionais. Ainda no âmbito desta distinção "Cidade Europeia do Vinho 2023" referiu que a mesma pode ser uma oportunidade para dinamizar o futuro "Museu da Mulher Duriense", projeto sobre qual discordaram face à localização e aos riscos que existiam mas uma vez que se vai concretizar tem de ser potenciado e servir os interesses do concelho. Disse que estão atentos e disponíveis para colaborar para que esta distinção seja uma mais-valia para todos. Por fim, referiu que numa das consultas que, regularmente, faz ao Diário da República, encontrou uma publicação relativamente a Armamar sobre a celebração de um contrato com um assistente técnico na área da proteção civil. Tendo em conta que havia dois candidatos na lista de ordenação final, perguntou o porquê de, na negociação, terem chegado à 5.ª posição remuneratória, o que significa que este candidato, em particular, andou quarenta anos na carreira. Provavelmente, até está posicionado acima de assistentes técnicos deste município com mais de vinte ou trinta anos de casa. Gostaria de perceber o porquê, havendo dois candidatos, de não terem negociado com o segundo e porquê que a câmara esteve disponível para chegar a essa posição remuneratória. ----------

Márcio Morais cumprimentou os presentes e destacou os grandes eventos que decorreram neste período, nomeadamente, o Campeonato Mundial de Enduro, que decorreu nos concelhos do Peso da Régua e Armamar. Deu os parabéns ao executivo municipal e às juntas de freguesia de Fontelo, Armamar e Arícera e Goujoim. Destacou

o evento da EDP Meia Maratona Douro Vinhateiro que, há semelhança dos últimos anos, foi um sucesso. São eventos de interesse nacional e internacional, que engrandecem o município e a região. Em relação ao Mundial de Enduro, percebeu que os participantes ficaram tão agradados com as estradas e caminhos por onde decorreu a prova, que tencionam voltar. Salientou que os agentes económicos, sobretudo a restauração e a parte hoteleira do concelho, devem capacitar-se um pouco mais, nestas alturas de maior fluxo de pessoas. Questionou o senhor presidente da câmara em relação à iluminação do jardim da Imaculada Conceição. Concretamente, se está para breve a reparação pois, pelo que percebeu, a obra encontra-se dentro da garantia. Fez referência à iluminação do painel cénico, à entrada de Armamar, que muitas vezes está desligada e era bom que se resolvesse a situação em definitivo por se tratar da porta de entrada da vila. Deu os parabéns ao executivo pela colocação de sinalização vertical referente à identificação das aldeias e vilas do concelho e procurou saber se está concluída. Falando, ainda, da sinalização vertical perguntou se poderia o município chamar à responsabilidade as entidades privadas que têm essa sinalização em mau estado, pois em nada dignificam o concelho. Em relação às estradas, apelou à marcação das que não vão ser intervencionadas e usou a expressão "*pintar no verão para ajudar no inverno*". Era importante que este verão se fizesse a marcação das vias que em alguns pontos de tornam muito perigosas, sobretudo, em dias de nevoeiro. Por último, apesar do membro Manuel Paiva não estar presente, citou o que ele disse na última assembleia - "*também é verdade que constatou, enquanto político, que um membro desta assembleia, pediu um subsídio para o negócio da sua família e veio, em reunião de assembleia, pedir explicações ao vereador que não votou a favor dessa proposta. Para si, essa não é a melhor forma de estar na política.*" Veio desmascarar esta situação porque em nada corresponde à verdade. Em momento algum foi solicitado, por si, subsídio para um negócio familiar. O que aconteceu foi um pedido, por parte da sua mãe, sócia-gerente de uma empresa

do concelho, com vista à redução da renda, face à dificuldade que, entre muitos outros setores, a restauração atravessava. Disse que nada tem contra o senhor vereador Luciano Gomes, pessoa por quem tem muito respeito e consideração e com quem esclareceu, na altura, as suas dúvidas. ----------

António Lareiro cumprimentou os presentes e em relação a esta última parte da intervenção de Márcio Morais, referiu que o seu camarada Manuel Paiva dará a resposta que entender conveniente. ----------

Em nome da CDU e em seu nome pessoal, deu os parabéns à empresária vinícola, Mónica Araújo, pelo seu sucesso empresarial e pela conquista de uma medalha de ouro no II Concurso de Vinhos do Douro realizado, no início deste mês, na cidade do Peso da Régua. Dirigindo-se ao senhor presidente da câmara referiu que têm verificado que nos concelhos vizinhos continuam a fazer os tratamentos biológicos, à vespa da galha que tem atacado os castanheiros, com a largada de parasitoides que é o único tratamento conhecido, com resultados positivos. No concelho de Armamar, os tratamentos têm sido irregulares e, este ano, ao contrário do que se tem verificado nesses concelhos, não se realizou qualquer largada de parasitoses. A situação mantém-se e há zonas do concelho onde a praga diminuiu, mas noutras aumentou e existem, ainda, muitos castanheiros infetados. Gostariam de saber o ponto de situação e a justificação da câmara municipal para não ter efetuado mais tratamentos. ----------

Seguidamente, referiu-se à requalificação da principal via rodoviária do concelho com ligação à A24, onde existem vários pontos críticos, há muito identificados, entre eles, a curva do Bustelo, à entrada da vila de Fontelo. Perguntou o porquê de não se ter aproveitado esta oportunidade para se eliminar esta curva apertada de forma a acabar com este ponto crítico. Tendo sido esta via rodoviária desclassificada perguntou porquê que foi colocada uma placa a informar que esta obra é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Na última sessão da assembleia municipal, o senhor

presidente, em relação às perguntas que lhe foram dirigidas sobre a variante de ligação à A24 e à necessidade urgente da sua construção, respondeu que esse assunto fazia parte do documento estratégico da CIMDOURO e tinha sido entregue ao senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal e a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República. Esta obra é um problema, não só, de âmbito regional, mas também nacional, como bem o reconheceu e é importante que a mesma conste desse programa estratégico e tenha sido entregue a essas entidades mas é preciso ir mais longe. Sabe-se que a União Europeia deixou de dar prioridade às vias rodoviárias para dar às ferroviárias mas os projetos que não se terminaram devem ser concluídos. Para o seu grupo municipal, a resolução deste problema, será sempre uma das prioridades. Resolver os problemas do concelho é promover o seu progresso e desenvolvimento e é um dever de todos. ----------

Lisete Osório cumprimentou os presentes e referiu que foi com agrado que recebeu a notícia da eleição da região do Douro, como cidade europeia do vinho 2023. A candidatura do Douro foi de âmbito regional e envolve os diferentes municípios da região. Enquanto cidade europeia do vinho 2023, o Douro Património da Humanidade vai ser uma referência europeia do vinho e da vinha, pelo que, espera que esta ferramenta seja uma alavanca para dinamizar a economia local e a promoção turística e sirva para afirmar a região enquanto destino turístico. Que seja, também, um elemento para gerar efeitos multiplicadores na economia local e regional, projetar a cultura do vinho e das tradições, do território vitivinícola, a par da divulgação dos recursos naturais, patrimoniais e paisagísticos. Espera que este projeto seja um passo para o trabalho em rede e que se criem parcerias entre os diferentes municípios. Ultimamente, têm vindo a ser organizados muitos eventos semelhantes em cada município e deveria ser feito um trabalho conjunto que envolva todos os agentes do território. "*Viva Armamar, viva o Douro*"! ----------

Lembrou que, em dezembro de 2020, alertou para o perigo em que se encontra a estrada sem sinalização e sem proteções laterias, que passa a apelidar de "*estrada miradouro natural*", entre a Folgosa e o Marmelal. Passaram seis meses e nada foi feito. Com o aproximar do verão e o aumento de turistas naquela zona, o perigo é mais evidente e maior. Perguntou se estão à espera que aconteça alguma tragédia para atuar. Disse que aprendeu que em riscos naturais e socias quando identificado um risco potencial, ou seja, probabilidade de se registar, que não implica, necessariamente, ocorrência deve-se prevenir para não ter de remediar. Disse mão ter dúvidas de que há muito trabalho a fazer a nível de prevenção. Referiu que se deve atuar na prevenção e não na mitigação das consequências. É urgente prevenir, de forma eficaz e evitar, assim, que algum dia "*nos*" possamos arrepender de não ter atuado e, aí, será tarde demais. Por último, disse que, hoje, dia 20 de junho, se assinala o Dia Mundial do Refugiado, dedicado à consciencialização sobre a situação dos refugiados no mundo. Este ano, em concreto, o foco é o direito de busca à proteção. "*Ser forçado a fugir, seja de quem for, de onde for e quando for*". Assim, não poderia deixar passar este dia, em branco, sem deixar um voto de solidariedade e apoio para com o povo ucraniano neste momento difícil da sua história. Aproveitando, também, este dia gostaria de questionar o executivo sobre o que foi feito em relação à questão dos refugiados da Ucrânia e do possível acolhimento de alguns no concelho. Conclui, dizendo - "*não fiquemos à espera de que sejam os outros a efetuar aquilo que compete a cada um de nós*". ----------

Presidente da câmara municipal cumprimentou os presentes e antes de responder às questões que lhe foram colocadas pediu permissão ao presidente da Mesa da Assembleia para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Bruno Pereira, um jovem de Vila Seca, que foi vítima de um trágico acidente de trator. O Bruno Pereira, para além de ser um bom ser humano esteve, sempre, envolvido na comunidade e foi treinador-adjunto/diretor do Armamar Futsal Clube. ----------

Em relação às questões que foram levantadas e seguindo a ordem das interpelações começou por responder a Marlene Fernandes no que respeita à intervenção que está a ser feita em 1,8 km da estrada da nacional 313, deixando duas notas: em primeiro lugar, referiu que quando foi assinado o acordo de desclassificação das estradas nacionais para municipais, todos estavam convencidos que a estrada nacional tinha sido desclassificada desde a ponte da Comenda, em Fontelo até ao limite com Moimenta da Beira, algures entre Contim e o Sarzedo. Disse que foi com algum espanto que foram surpreendidos com a intervenção efetuada naquele troço mas ficaram esclarecidos quando as Infraestruturas de Portugal fizeram chegar à câmara o auto de entrega. Uma situação é o que foi acordado, na altura, outra é o auto de entrega dos quilómetros que estão sob a responsabilidade do município que sempre entendeu que seria desde a ponte da Comenda, em Fontelo, até Contim, tanto mais que esse troço está integrado no projeto e adjudicação da requalificação das vias. Referiu que questionou a engenheira responsável pela execução da obra e esta disse que não sabia responder, pelo que teria de contactar as Infraestruturas de Portugal, o que fez de imediato, demonstrando o seu desagrado, não pela intervenção, em si, uma vez que já estava identificada como sendo necessária, mas pela forma como a situação foi gerida, com desconhecimento total por parte da autarquia. O engenheiro das Infraestruturas de Portugal disse tratar-se de uma intervenção num troço que é da responsabilidade da IP. Deixou registado o seu descontentamento pela forma como os assuntos são tratadas entre entidades públicas entre as quais deveria haver toda a informação e colaboração de forma a evitar sobreposição de intervenções. Disse que nunca viu qualquer placa das Infraestruturas de Portugal no local onde se encontra atualmente mas esta serve para identificar que a intervenção naquele troço é da responsabilidades daquela entidade. Em relação aos semáforos disse que está prevista, e foi objeto de consulta preliminar, a colocação de semáforos com um sistema que funciona com células que permitem detetar o trânsito

pesado. A sua colocação está prevista, no sentido de Armamar Régua, vinte metros antes da residência paroquial e no sentido Régua-Armamar, vinte metros acima do cemitério. Percebe o que Marlene Fernandes disse e a sugestão que deu é exequível. Inicialmente, entendeu-se que não se justificava, pois o tráfego de pesados entre a avenida e a nacional 313 é diminuto mas, mesmo assim, é preciso salvaguardar essas situações. ----------

Quanto à intervenção de Luís Silva e em relação ao ponto de situação do visto do Tribunal de Contas ao empréstimo para requalificação das vias municipais referiu que a resposta do Tribunal de Contas foi desfavorável. A câmara solicitou ao consultor jurídico que fizesse a análise para recurso de visto e houve o entendimento de que se deveria aguardar pela promulgação do Orçamento de Estado para 2022, que aconteceu na semana anterior e que se prevê que seja promulgado a partir do dia 1 de julho pelo senhor Presidente da República. ----------

Em relação à intervenção de Alice Nogueira, no que respeita à atribuição das bolsas de estudo referiu que como é sabido, o município de Armamar, de há dois anos a esta parte, lançou este apoio aos alunos do ensino superior. O regulamento é o documento que dita as regras para a atribuição deste apoio e foi feito sob proposta do executivo e aprovado em assembleia municipal. Após a entrada em vigor do mesmo percebeu-se que o documento tem de ser melhorado e por isso encontra-se em fase de revisão. Em relação à reclamação do Gonçalo Nogueira sempre lhe foi transmitido, pelos serviços, que o Regulamento não é claro quanto à definição de famílias numerosas. Há também, no próprio processo, uma análise jurídica dos procedimentos que refere a existência de uma falha em termos de prazos de resposta, que assume, mas também houve o entendimento, baseado nas informações dos serviços que diz que uma vez que o Gonçalo é maior de idade, não tinha a mãe legitimidade para o representar. Percebe o descontentamento mas até prova em contrário tem de acreditar nos serviços e no

consultor jurídico do município e na análise que é feitas aos processos, seja ela do Gonçalo Nogueira ou de qualquer outro aluno. Quem reclamou ou recorreu se não está satisfeito com a decisão tem outros meios para o fazer. ----------

Quanto à intervenção de Sara Gouveia disse que as obras das piscinas cobertas foram adjudicadas e têm como prazo de conclusão o dia 26 de junho. Se tudo correr como planeando pretende-se ter as piscinas descobertas em pleno funcionamento no dia 1 de julho. Esta intervenção é mais profunda do que as dos anos anteriores porque em termos de equipamento (casa de máquinas, bombas doseadoras) já não se conseguia garantir a gestão da qualidade da água tendo a mesma de ser feita com recurso a mão humana. Nesse sentido está a proceder-se a uma substituição profunda do equipamento de controle e tratamento da água e reparação dos tanques que apresentavam patologias que já não se coadunavam com aquilo que tem de ser a qualidade deste tipo de equipamentos públicos. Entre ter as piscinas encerradas todo o verão e fazer as obras neste período decidiu-se fazer a intervenção com a certeza de que com o equipamento renovado se prestará um serviço de melhor qualidade. O encerramento das piscinas cobertas tem muito a ver com a gestão dos recursos humanos, pois grande parte desses são deslocalizados para as piscinas descobertas durante o verão e também para que se possa fazer a manutenção do equipamento. ----------

Em relação à intervenção de Paulo Tolda referiu que toda a região se deve congratular com a atribuição do título "Cidade Europeia do Vinho", ao Douro. Com certeza que esta atribuição deverá ser acompanhada de investimentos de outras entidades, nomeadamente, da CCDRN e do Turismo de Portugal. Em termos de maior ou menor atenção que se dá ao vinho ou outras culturas disse que no que diz respeito, a Armamar, a área vinícola é substancial mas há outros concelhos no Douro com uma área de vinha muito superior. O projeto da candidatura envolve os dezanove municípios mas, apenas, nove subescritores são associados da Associação de Municípios

Portugueses do Vinho, sendo um deles Armamar, apesar de não ser dos maiores produtores de vinho. Estar a dizer que se dá pouca importância a este ou àquele setor, não é verdade. Quanto ao facto de se tirar maior partido da Folgosa, referiu que não só pela atribuição deste título à região do Douro, concordou que a Folgosa é a principal entrada do concelho, via Douro e EN 222 mas é preciso ver o enquadramento das situações. Nesse sentido está identificado que é necessário para a Folgosa, um posto de Turismo e venda de produtos endógenos e dotar o cais de instalações sanitárias. Isso já foi várias vezes falado nas reuniões de executivo e há cerca de três meses em reunião com o presidente do conselho de administração da APDL, entidade titular do cais da Folgosa, sendo a câmara apenas titular e responsável pelo passeadouro. Referiu, ainda, que desde a intervenção do passeadouro o município de Armamar é credor da APDL em algumas dezenas de milhares de euros por uma intervenção que fez de urgência no cais que existia, anteriormente, para garantir a sustentabilidade da obra. Esta situação já se arrasta há dez anos, passaram muitos administradores pela APDL, todos eles cheios de boa vontade e o que é certo é que o problema nunca foi resolvido. Como a câmara foi conhecedora que a APDL estava a desenvolver um estudo prévio no cais da Folgosa para a requalificação do espaço, solicitou essa reunião com o presidente do conselho de administração. Nessa reunião ficou acordado entre a APDL e o município de Armamar que, uma vez que existe esse saldo credor, possa ser incluído nesse estudo prévio e no projeto de execução a construção do posto de Turismo e das instalações sanitárias e depois fazer um encontro de contas. O senhor presidente do conselho de administração da APDL entendeu a necessidade de que o investimento fosse executado ainda durante este ano porque está em plano e orçamento da entidade. Se assim for, julga que até ao final do ano, estão reunidas as condições de executar a obra. Em relação à dinamização do Museu da Mulher Duriense, o investimento está a ser executado e o prazo de términus da obra é novembro deste ano. Para além da mais-valia que já era este

investimento será um dos espaços que a "Cidade Europeia do Vinho" deve utilizar e promover. Quanto à publicação que viu no Diário da República da contratação de um colaborador para área da proteção civil e a respetiva posição remuneratória disse que tem a ver com a responsabilidade das funções deste técnico. Para além de técnico do município, na área da proteção civil, é, também, o diretor técnico e responsável pelo centro de meios aéreos de Armamar, do heliporto e quer o conhecimento, em si, quer as suas habilitações e responsabilidades o justificam. ----------

Em relação à intervenção de Márcio Morais disse que concorda com o que este disse sobre os eventos que decorreram no concelho, como o Campeonato Mundial de Enduro que projetam não só os concelhos da Régua e Armamar mas toda a região. É verdade que algumas das grandes equipas mundiais demonstraram vontade em voltar ao Douro não só naquilo que possa ser uma etapa do municipal no próximo ano mas também dado as características do terreno e dos traçados poderem durante o ano ter as suas equipas a treinar e fazer o afinamento das motas. São estes eventos que também nos promovem para o mundo. A meia-maratona, já, consolidada na região, pode dizer-se que é o maior evento que se realiza no Douro. Em relação à restauração e à hotelaria pensa que devem capacitar-se mas não lhe cabe a si tecer qualquer considerando sobre o assunto, cabe a cada um fazer a sua parte. Quanto à iluminação do Jardim da Imaculada Conceição espera que no dia de hoje esteja a ser intervencionado pois foi ultrapassado o prazo limite e através de uma comunicação do empreiteiro da obra foi-lhe dito que hoje iniciavam a intervenção. Em relação à iluminação do painel cénico, segundo lhe explicaram, nestes dias de alguma instabilidade meteorológica e se houver trovoada, dada a sensibilidade dos disjuntores, qualquer situação pode causar avarias. Espera que os eletricistas do município tenham estado atentos e resolvido a situação. Quanto à sinalização vertical há dois momentos distintos, como já disse em assembleias anteriores, a CIMDOURO tem um projeto em termos de sinalética para todo o

território dos dezanove municípios e esse projeto incide sobre as estradas intermunicipais e nacionais e o que a câmara fez foi avançar com o investimento nas estradas municipais que não vão ser contempladas nesse projeto. No que diz respeito à sinalização vertical dos privados isso vai do brio de cada um e cabe aos proprietários dessas placas perceber se elas precisam, ou não, de manutenção ou substituição. No que diz respeito à marcação das estradas referiu que quando estiver em execução a obra de requalificação das estradas pretende-se adjudicar ou lançar um procedimento para o efeito, uma vez que neste tipo de serviços às vezes a deslocação de meios corresponde a 25% dos custos. Quanto à intervenção de António Lareiro julga ser unânime a satisfação quando algum produtor, empreendedor ou outras individualidades do concelho atingem estes feitos e distinções de qualidade, pelo que se associou aos votos que endereçou à Vinha dos 7 Anos. No que tem a ver com a vespa da galha do castanheiro disse que quem faz a gestão da necessidade de encomendar os parasitoides, que vêm de Itália, é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e a Refcast que é a associação de produtores de castanha da qual o município de Armamar é associado. Essas largadas são feitas com base em critérios científicos e fica satisfeito por não ver o concelho de Armamar ser contemplado com novas largadas porque aquilo que é definido por essas entidades certificadas é que há um acomodamento da evolução da doença. O município, *per si*, não o pode fazer e fê-lo sempre com base nas referências e sugestões da DRAPN e da Refcast. Quanto à ligação à A24, apenas, acrescentou ao que já disse que no documento estratégico, para o Portugal 2030, entregue ao senhor ministro Pedro Nunes Santos, consta esta obra e a luta para que a ligação de Armamar à A24 seja uma realidade. No que respeita à intervenção de Lisete Osório, em relação à "Cidade Europeia do Vinho" é um feito de todos os durienses pois houve uma envolvência dos autarcas e dos agentes do território. Daqueles que construíram o Douro, como ele é hoje, daqueles que o hão de continuar a construir e

daqueles que querem levar por este mundo fora o nome desta região que já tem uma forte afirmação. Não tem dúvidas que por ter essa afirmação é que foi contemplada com este galardão mas o que se pretende, acima de tudo, é que através do vinho se possa valorizar tudo o que existe no território, quer em termos de património turístico e cultural. Quanto à estrada que liga a Folgosa ao Marmelal disse que entende a preocupação de Lisete Osório no sentido de evitar alguns cenários que poderão vir a acontecer naquela estrada que já foi objeto de intervenções muito cirúrgicas e considera que, hoje, no que respeita ao risco de desabamento de talude, está muito melhor. É evidente que é uma estrada com algum risco já referenciado, anteriormente, por Liste Osório mas continua a dizer que em alguns sítios mais críticos poderá fazer-se uma intervenção com rails. Não há, nem irá haver, no Portugal 2030, avisos específicos para intervenções nas estradas, a não ser que a CCDR consiga, para o Douro e para aquela região classificada, alguns apoios, pois de outra forma o orçamento municipal não consegue chegar a tudo. ----------

António Lareiro em relação à curva de Bustelo, o senhor presidente não respondeu à sua questão. Fez, ainda, um reparo quanto à credibilidade que se pode ter quando durante décadas foi dada a ideia de que tinha havido um acordo de desclassificação de uma estrada nacional para municipal e ao fim destes anos vem-se a constatar que uma parte continua nacional. ----------

Luís Silva relativamente à interpelação do senhor presidente sobre o visto do Tribunal de Contas, o que pretendia era esclarecimento sobre o visto ao contrato de empréstimo e julga que o senhor presidente percebeu que foi à empreitada. Quanto a esse visto recorda que a última posição da Câmara Municipal, transmitida pelo senhor presidente da câmara, na última reunião, era de que estavam certos de que o Tribunal de Contas nem sempre é detentor da verdade e, por isso, iriam recorrer da sua decisão ou, pelo menos, do parecer que, na altura existia. Na prática, verifica-se, agora, que a

Câmara Municipal tem uma nova estratégia que é submeter o contrato, novamente, a visto do Tribunal de Contas. Para si, particularmente, é um assumir de responsabilidades do senhor presidente pelos erros processuais cometidos. A nova estratégia passa por submeter o contrato, novamente, a visto aguardando por novas regras que o orçamento de estado possa vir a trazer, ou não. Alertou o senhor presidente para não ter grandes esperanças porque julga que o que aí vem não vai dar cobertura a este problema. Com isto, vai acontecer que propostas vencedoras da banca vão perder a sua validade e, mesmo que tudo corra bem, com as regras do próximo orçamento de estado vai obter-se um visto, provavelmente, numa altura em que o adjudicatário, neste caso a instituição bancária, não vai assumir a proposta que está em cima da mesa. Depois, à posteriori, haverá o problema dos empreiteiros e das empreitadas que dificilmente irão assumir as propostas apresentadas. Isto para dizer que não vai haver, nos próximos dois anos, requalificação das vias municipais. Quanto à questão da EN 313 é surreal. Alguém tem de assumir a responsabilidade porque uma estrada que todos estavam convencidos que estava desclassificada e era exclusivamente da responsabilidade da câmara municipal e que teve os problemas que todos conhecem, vem agora a saber-se que sempre esteve sob a alçada das Estradas de Portugal. É caso para questionar onde estão os trabalhos de manutenção e conservação ao longo destes anos. Mais ainda, a câmara municipal já investiu nela com a sua repavimentação acerca de quatro ou cinco anos. Por último, questionou, se efetivamente é um troço que, ainda, não está desclassificado e não se sabe onde termina, porquê que esta intervenção de melhoria não veio até ao cruzamento de Aldeias. Isto quer dizer que está desclassificado apenas aquele 1,8 km. No seu entender, esta situação merece uma posição rígida, por parte da Câmara Municipal, para com as Estradas de Portugal, pois trata-se de uma situação ridícula. "*A estradas de Portugal, neste capítulo, está a gozar com os armamarenses*". ----------

Paulo Tolda apresentou alguns contributos que podem ser úteis para o município,

queira o executivo, pelo menos, tentar perceber o que vai dizer e dessa viabilidade. Por vezes, está convencido que quando se quer matar um projeto, em Armamar, se for o seu grupo municipal a propor parece que as coisas não andam. Isto para dizer que o orçamento de estado não vai ter qualquer artigo equivalente aos dos anos 2020 e 2021, dando a possibilidade da utilização da margem dos 20%, mas tem algo idêntico. A possibilidade de, no caso de projetos cofinanciados, utilizar até 40% da margem. O município, na análise financeira que agora vai fazer pode, eventualmente, financiar projetos comparticipados com esse expediente que inclusive não conta para o limite da dívida total e que pode permitir libertar verbas para avançar com o projeto. Na anterior assembleia, quando referiu que era urgente avançar com a obra de requalificação e também por causa do visto, o senhor presidente disse que estava tudo bem e que até nem estava a trabalhar do ponto de vista eleitoral mas as coisas não correram assim tão bem como se verificou. Para além da possibilidade que já referiu, existe outra de que há muito se fala. Continua convencido que deviam fazer o trabalho de substituir a dívida da locação financeira, tão rápido quanto possível, por duas razões essências. Primeiro, é que se fizerem isso conseguem reduzir a dívida, automaticamente, porque o valor da dívida que a PPP tem com a banca é muito inferior ao que está registado nas contas do município e, depois, porque o juro implícito da locação continua a ser muito superior ao que a banca poderá propor. Com estas duas operações está convencido de que se o município fizer uma gestão financeira adequada consegue resolver o problema e, provavelmente, no próximo ano "*estaremos*", aqui, a falar da adjudicação da empreitada ou da execução da mesma. Disponibilizou-se, tecnicamente, para dar o seu contributo, se assim o entenderem. Já o fez no seu município e de forma, completamente, desvinculada de qualquer protagonismo político pode também aqui colaborar. Sobre o regulamento das bolsas de estudo lembrou que, quando o mesmo foi discutido em assembleia foi dito, por si, que o mesmo tinha algumas situações que tinham de ser

clarificadas e melhoradas. Havia algumas falhas gritantes e não sabe se tem alguma coisa a ver com o que aconteceu a Alice Nogueira. Este regulamento começou sem o procedimento a que refere o artigo 98.ª do Código do Procedimento Administrativo que é a constituição de interessados e um regulamento que não tem constituição de interessados é nulo. Todos os regulamentos têm de começar por aí para que no processo de elaboração possam ser constituídos interessados para ajudar a elaborar uma proposta de regulamento. O segundo passo era pedir que quando o executivo colocar um regulamento em discussão pública, via Mesa, possa ser dado conhecimento a todos os membros da assembleia de que há um regulamento de uma matéria qualquer em discussão pública e depois quem quiser dá os seus contributos. ----------

Presidente da câmara municipal disse que não respondeu a António Lareiro em relação à curva de Bustelo especificamente, mas como referiu trata-se de uma estrada nacional e quem tem de resolver o assunto são as Infraestruturas de Portugal. O município vai continuar a trabalhar para que aquela curva seja alargada, nem que tenha de ser a expensas próprias. Em relação ao visto do Tribunal de Contas o que existe é uma orientação do consultor jurídico do município da forma como se deve apresentar recurso ou outro tipo de argumentos. Não é uma estratégia pessoal do presidente da câmara ou do executivo por isso é que há serviços que dão pareceres sobre o caminho a seguir. Percebe o que Luís Silva diz em relação ao valor pelo qual foram adjudicados os cinco lotes de estradas e, com certeza, que no fim da empreitada os valores não serão os mesmos, mas por isso é que existe a figura da revisão de preços e até o próprio Orçamento de Estado e os novos avisos de fundos comunitários têm em atenção essa variação dos preços. Em relação a esta confusão da classificação de estrada municipal ou nacional corrobora do que foi dito, pois é uma situação vergonhosa e surreal, ainda mais, porque durante alguns anos foi feita a manutenção daquele troço e a repavimentação no interior da freguesia de Fontelo e nunca a Infraestruturas de

Portugal veio dizer que o município não o podia fazer por não ser da sua responsabilidade. Disse que está em conversações com a Infraestruturas de Portugal para se ultrapassar este constrangimento. No que respeita à intervenção de Paulo Tolda e em relação ao regulamento das bolsas de estudo referiu que foi efetuada a constituição dos interessados e, devidamente, publicitada. Em relação ao Orçamento de Estado é verdade que este passou de 20 para 40% a percentagem de excecionalidade do cumprimento do limite de endividamento, concretamente para as obras comparticipadas e o município terá de utilizar esse mecanismo canalizando-o para as obras não comparticipadas, ficando assim com mais margem para o procedimento das estradas. Disse que nunca pôs em causa a internalização da PPP nas contas do município e sempre teve, e continua a ter, algumas reservas sobre a forma como elas estão incorporadas. Quanto à vontade manifestada em colaborar tecnicamente com o município, como é óbvio, não só como membro da assembleia mas sobretudo como técnico especializado de outro município todos os contributos serão bem vindos desde que sejam para repor a saúde financeira do município. ----------

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se registaram inscrições. ----------

Intervalo ----------

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos e comunicou que continuam ausentes os presidentes de junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues e de Santa Cruz, Bruno Silva. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) **Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira** (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) ----------

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. ----------

Presidente da câmara municipal aproveitou para informar a assembleia, com a anuência do presidente da Mesa, que no dia 15 de julho se irá realizar uma etapa da volta de ciclismo do JN com início e fim no município de Armamar e conta com a participação de 160 ciclistas de Portugal e Espanha. ----------

2) **Apreciação e votação da ata da sessão de 29 de abril de 2022** ----------

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: ----------

António Lareiro veio fazer um reparo à ata relacionado com o ponto "exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município" na intervenção do senhor presidente de junta de freguesia de Armamar. "Voto de pesar pelo falecimento do senhor Manuel Pereira Cardoso, presidente da junta de freguesia de Armamar de 1976 a 1979". Na ata aparece primeiro o nome de José Manuel Pereira Cardoso, seguidamente Manuel Pereira. O primeiro está errado e o segundo incompleto. A referência aos anos de mandato também está errada pois, na altura, (de 1976 a 1985) eram de três anos passando depois para 4. O mandato do senhor Manuel Pereira Cardoso foi de 1976 a 1979 e não de 1977 a 1979 como é mencionado na ata. ----------

Segundo-secretário da Mesa da Assembleia Municipal, José António Guedes, referiu que é transcrito para a ata aquilo que se ouve na gravação. A referida transcrição é feita com a colaboração de uma funcionária da câmara e parte-se do princípio de que foi transcrito o que está gravado. O senhor presidente da junta de Armamar está aqui presente, pode confirmar, o que disse. Segundo se recorda aquilo que ouviu, na altura, foi dois anos de mandato e o nome também foi esse. De qualquer forma, agradeceu o reparo dizendo que vai ser feita a devida correção. ----------

Deliberação: Aprovada, por maioria, 6 com abstenções (a saber: Lisete Osório, Filipe Pereira, Paulo Tolda, Catarina Almeida, Marília Pinto e António Lareiro,). ----------

3) **Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – Associação de Municípios de fins específicos – Criação – Estatutos** (cuja cópia passou a

constituir o anexo III à ata) ----------

Presidente da câmara municipal referiu que a criação desta associação se prende com a construção do centro de recolha oficial de animais, no município de Moimenta da Beira, com a participação desse e dos municípios de Armamar e Tabuaço. Nesse sentido o senhor vereador António Silva, enquanto responsável pelo pelouro do ambiente, fez uma visita ao centro de recolha oficial de animais de Aguiar da Beira, também intermunicipal, para se inteirar do funcionamento e da forma como os municípios que o compõem estão a gerir este centro de recolha. Consideram que a melhor forma de o fazer é através de uma associação de municípios de fins específicos. Atualmente, encontra-se em fase de aquisição de equipamentos e de resolução da questão dos recursos humanos, nomeadamente, dos veterinários e outros, sendo a data prevista para entrar em funcionamento, 2 de janeiro de 2023. O que se propõe à assembleia é a criação da associação de municípios com este fim específico e a aprovação dos respetivos estatutos. ----------

Abertas a inscrição usou da palavra o seguinte membro: ----------

António Lareiro referiu que a CDU sempre defendeu e defende soluções para animais abandonados, que muitas vezes se tornam perigosos, assim como o aumento e melhoria dos serviços veterinários no concelho. Pensam que a criação desta associação entre os municípios de Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaço, ou este centro de recolha de animais de companhia intermunicipal (CROAC) está longe de atingir esses objetivos. Tudo aponta para que os serviços sejam centralizados em Moimenta da Beira com todos os seus inconvenientes. O artigo 3.º dos estatutos, da presente proposta, ao propor - "*podendo ser criadas delegações nas sedes dos municípios associados*", devia ser mais esclarecedora. Bastaria mudar "*podendo*" para "*vão ser criadas*". Criando uma delegação em cada sede dos municípios os objetivos que se propõem seriam mais e melhor atingidos, podendo os funcionários e técnicos circular em rede pelas suas delegações. ---

Presidente da câmara municipal disse que esta solução não está, de forma alguma, longe de solucionar o problema e não se deve olhar para os problemas de forma tão centralizadora ou redutora para um projeto intermunicipal que, com certeza, irá resolver o problema, não só destes três municípios, mas de todos os municípios do país, pois foi esta a solução encontrada pelo governo e pelos fundos comunitários. Em relação ao artigo 3.º dos estatutos disse que dificilmente se justificará a existência de delegações nos municípios pois estes já têm serviços que tratam dessas situações. --------

António Lareiro em relação à criação da associação disse-se, completamente, de acordo dada a necessidade. Além de tudo, já reconheceram que fica muito aquém das necessidades. Em relação aos estatutos "*pode*" dá a ideia de que há vontade de se criar e "*vamos criar*" é totalmente diferente. ----------

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. ----------

Presidente da câmara municipal pediu a palavra para referir que durante esta semana irão decorrer as festas do município, em honra de São João, que decorrem entre os dias 22 e 26 de junho, pelo que convidou todos a participar das várias atividades e ações que vão se vão desenvolver decorrer. ----------

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desejou umas boas e merecidas férias a todos. Fez referência ao dia 15 de junho, o dia mundial da consciencialização da violência contra as pessoas idosas. Salientou que numa sociedade, concelho e país, numa europa cada vez mais envelhecida em que o índice de envelhecimento atinge, nalgumas regiões, mais de 300 pessoas por 100 jovens, algumas destas pessoas idosas são esquecidas e sujeitas a maus-tratos, tanto físicos como psicológicos, quer pelas suas famílias, quer pelos serviços de acolhimento e sociedade em geral. Referiu que todos os estudos nacionais e internacionais, mostram que os principais cuidadores, infelizmente, ainda são as famílias porque uma sociedade que exclui e isola os seus idosos é uma sociedade doente. "*Não poderia deixar de lembrar esta temática que tanto nos deve*

sensibilizar porque todos temos familiares nestas circunstâncias de serem idosos". Mais uma vez, agradeceu a colaboração e compreensão de todos, desejando muita saúde, paz e um feliz São João. ----------

Encerramento da reunião ----------

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. ----------

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. ----------

2 - Forma de votação ----------

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal. ----------

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às dezassete horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---

O Presidente:

Primeiro secretário:

Segundo-secretário: